

## REPRESENTAÇÃO POLÍTICA ENTRE TRABALHADORES RURAIS NO NORTE DE MINAS GERAIS

### *REPRESENTATION AMONG RURAL WORKERS IN NORTE DE MINAS*

Hugo Fonseca Moreira<sup>1</sup>

Fábio Fonseca Telles<sup>2</sup>

Wellem Ribeiro da Silva<sup>3</sup>

**RESUMO:** Os cenários de disputa política a cargos eletivos no Brasil, desde a reabertura democrática iniciada em 1985 e finalizada em 1988, trouxe novos ares à organização e distribuição do poder no Brasil. Contudo, as configurações históricas sob as quais está erguido o Estado nacional tem conseguido manter esta distribuição de poder concentrada nas mãos de determinados segmentos elitistas. Considerando as especificidades do mundo rural brasileiro, e compreendendo a gênese dúbia do mesmo, veremos o dinamismo de uma elite agrária que tem persistido em manter-se presente nesta estrutura distributiva. Contudo, também aparecerá o processo de resistência de trabalhadores rurais, cada vez mais presentes na ordem do dia das disputas por espaços de representação. O objetivo deste estudo é o de compreender como os trabalhadores rurais do Norte de Minas têm sido inseridos no campo das disputas eleitorais aos cargos eletivos municipais entre os anos de 2008 e 2016. Para isso, fizemos uma investigação a partir da base de dados eleitorais disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral.

**Palavras-chave:** Partidos Políticos. Representação Política. Participação Eleitoral.

**ABSTRACT:** The political dispute scenarios for elected officials in Brazil, since the democratic reopening that began in 1985 and ended in 1988, brought new airs to the organization and distribution of power in Brazil. However, the historical configurations under which the national state is built have managed to keep this distribution of power concentrated in the hands of certain elitist segments. Considering the specificities of the Brazilian rural area, and understanding its dubious genesis, we will see the dynamism of an agrarian elite that has persisted in remaining present in this distributive structure. However, the process of resistance of rural workers will also appear, increasingly present on the agenda of disputes for representation spaces. The objective of this study is to understand how rural workers in the Norte de Minas (Brazil) have been inserted in the field of electoral disputes for municipal elective positions between the years 2008 and 2016. To do this, we conducted an investigation based on the available electoral database. by the Superior Electoral Court.

**Keywords:** Political parties. Political Representation. Electoral Participation.

## 1. INTRODUÇÃO

<sup>1</sup> Professor no curso de Direito na Faculdade Verde Norte – FAVENORTE, MG, [hugo.fonseca.moreira@gmail.com](mailto:hugo.fonseca.moreira@gmail.com)

<sup>2</sup> Membro do Núcleo de Pesquisa Jurídica na Faculdade Verde Norte - FAVENORTE. [efabio.ffab.adv@hotmail.com](mailto:efabio.ffab.adv@hotmail.com)

<sup>3</sup> Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Jurídica da Faculdade Verde Norte - FAVENORTE. [wellemribeiro@yahoo.com.br](mailto:wellemribeiro@yahoo.com.br)

O mundo rural brasileiro, de modo genérico, pode ser dividido em duas partes antagônicas, que remonta a própria origem de constituição do Estado brasileiro, desde a colonização. A estrutura agrária aqui constituída se deu à base de uma economia de exportação e extrativista que privilegiou a grande propriedade e a exploração da mão de obra, inicialmente pela escravização indígena e, posteriormente, de negros africanos (que durou 300 anos).

A história da propriedade e da posse da terra também é complexa e envolve uma série de interpretações que vão, desde uma filosofia política e teológica a respeito desses conceitos elementares, até ao processo de construção do arcabouço jurídico e econômico que hoje legitima os mesmos. Para melhor entender esse processo, podemos consultar os trabalhos de Mota (2009) e Alveal (2002).

Quando passamos à compreensão da estrutura política aqui constituída, vemos que a mesma não está desligada da estrutura agrária forjada. Há uma elite rural que sempre fez valer seus interesses particulares, independente do cenário político configurado. Esta elite somente perde espaço importante já no século XX com o fim do coronelismo, durante o Estado Novo (LEAL, 2012) e o início do processo de industrialização. Mas ainda assim, mantém-se como uma das elites de maior influência nas estruturas institucionais de funcionamento do estado brasileiro. Basta ver a atuação da chamada Bancada Ruralista no Congresso Nacional. Ao mesmo tempo, não é possível negar a força de atuação, sobretudo de resistência, de segmentos do que passamos a denominar “mundo rural brasileiro”, que foram, ao longo da história, jogados à margem dos processos de decisão. Esses segmentos não são homogêneos em suas naturezas de constituição, conforme irá analisar Martins (1990), mas assim foram vistos a partir da década de 1950, encampando o chamado “campesinato” nacional. São trabalhadores rurais, parceiros, meeiros, camaradas, povoações indígenas e tradicionais, como quilombolas, vazanteiros, ribeirinhos, dentre tantos. São inúmeros os conflitos sociais que irão se desmembrar no campo, sendo que a maioria deles dirão respeito à luta pelo reconhecimento de direitos.

Olhando para a estrutura política atual, já sob a luz da Constituição Federal de 1988 e da organização do Estado e dos governos processados, veremos que a natureza contraditória do campo brasileiro ainda se mantém vívida, sobretudo quando vemos a institucionalização política que, até pouco tempo, se dividia em dois ministérios gêmeos mas contradizentes,

quais sejam o Ministério da Agricultura (MA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A partir de 2016 o MDA foi extinto e anexadas suas estruturas ao Ministério do Desenvolvimento Social, graças à pressão exercida pelos setores de defesa do patronato rural brasileiro, o que demonstra, mais uma vez a força que tal segmento ainda mantém na organização e reprodução política do estado.

Os demais setores do mundo rural, aquele que em 1950 foi intitulado camponês (e que adotou este adjetivo de unificação), mas que aqui neste estudo iremos identificar apenas pela categoria “trabalhador rural”, prosseguem suas jornadas de resistência, criando e reproduzindo organismos de representação e de mobilização. Assim, vemos o histórico de organização do sindicalismo rural no país e dos movimentos de luta pela terra, que a partir da década de 1990 ganhará novos impulsos e direcionamentos, frente às políticas agrícolas que serão acampadas, assim como a reorganização jurídica do estado a partir da CF-88.

O interesse deste estudo, que ora apresentamos, é o de compreender, no cenário de reorganização da atuação política dos trabalhadores rurais brasileiros - que é extenso - como tem sido galgada a frequência e a participação dos mesmos nas disputas eleitorais por cargos políticos nesta estrutura política redesenhada. Para tanto - e tendo em vista os limites de investigação - optamos por fazer dois recortes metodológicos, sendo o primeiro em nível espacial no qual daremos foco à participação política em processos eleitorais de nível municipal no Norte de Minas Gerais, fazendo ao mesmo tempo um comparativo com o cenário estadual, de modo genérico; e o segundo recorte de nível temporal, no qual elencamos os pleitos de 2008, 2012 e 2016 para nossa análise.

Em especial ao recorte temporal, o mesmo se deu vistos os limites de pesquisa que os dados a serem inferidos nos colocaram, uma vez que as informações que traremos à tona foram produzidas a partir de tabulação e mensuração próprias que fizemos a partir dos dados públicos disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que mantém uma base geral de todos os pleitos nacionais desde 1989. Contudo, tais dados não são completos à luz dos objetivos de nosso estudo, de modo que apenas o pleito mencionado acima contém todas as informações de que necessitamos para inferência confiável. Já o recorte espacial responde às expectativas de nosso grupo de estudo, intitulado “Observatório Político do Norte de Minas”, que tem desenvolvido análises sistemáticas sobre os processos políticos desenrolados na região a partir da década de 1990.

O presente artigo é fruto de pesquisa realizada pelo Observatório Político do Norte de Minas, núcleo de estudo desenvolvido pelo Instituto Aponte Dados Pesquisa e Consultoria Ltda., entre os anos de 2015 e 2019, junto a comunidades rurais e dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS's) de 11 municípios do Norte de Minas, quando da realização de prestação de serviços ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE/SEDINOR) para seleção de beneficiários do Programa Água Para Todos.

Para os fins específicos deste estudo, os dados analisados dizem respeito às inscrições de candidatos aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador durante as disputas eleitorais a cargos municipais em todos os municípios mineiros, e, em especial, os municípios do Norte de Minas. As informações foram coletadas diretamente do sítio eletrônico do TSE e foram, posteriormente, tratados e retabulados com auxílio do RStudio, software estatístico open-source, além de planilhas do Openoffice. Feitas as devidas tabulações, foram extraídas tabelas e gráficos que nos auxiliaram a visualizar os cenários de disputa construídos, pleito a pleito.

## **2. BREVE ANÁLISE DOS MUNDOS RURAIS BRASILEIROS: REPRESENTAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA**

Não é tarefa fácil querer remontar a história das lutas dos trabalhadores rurais do Brasil, visto que não são muitos os registros historiográficos, além de estarem, a grande maioria, dispersos e fragmentados. E mesmo uma busca a partir da memória coletiva parece impossível, uma vez que, conforme pontua Medeiros (1989), a trajetória desses trabalhadores é lotada pela exclusão de direitos políticos e sociais, que os coloca à marginalidade, seja pela exploração ou pela subordinação por grandes proprietários de terras, implicando a dificuldade de preservação de sua memória social. Deste modo, o que herdamos é uma versão distorcida no processo histórico, que por muito tempo nos levou a pensar o trabalhador rural como sujeito passivo e submisso incapaz de formular seus próprios interesses e de lutar por eles.

Contudo, não são poucos os eventos de revoltas que podemos contabilizar, desde a Colônia, passando pelo Império e em todas as fases republicanas do país. Eventos esses que demonstram a capacidade organizativa, embora fragilizada pela dispersão e contextualização de reprimendas de que foram vítimas. Desde as fugas de escravos - e a organização de

quilombos - às greves entre colonos de imigrantes europeus em protesto contra os baixos ou o não pagamento de salários; ou a série de movimentos de caráter messiânicos dispersos em diferentes pontos do país, os trabalhadores rurais sempre se mantiveram ativos e, de alguma forma, buscando uma organização que pudesse colocá-los em condições de lutar por seus interesses.

Nos anos 1950, conforme nos aponta Medeiros (1989, p. 12), as emergências de ligas camponesas, no Nordeste, colocaram a luta dos trabalhadores rurais na cena política do país, impondo, em certa medida, seu reconhecimento aos demais setores da sociedade. Entretanto, isto também criou uma imagem que fizesse parecer, essas lutas, como sendo “produto da ‘ação de agentes externos’, ‘elementos estranhos à classe’, que, por interesses outros, viriam incitar a revolta e perturbar a secular ‘paz no campo’”, reativando a imagem de incapacidade de ação e de organização dos trabalhadores rurais, desqualificando suas lutas. Ainda assim, é possível verificar o protagonismo dos trabalhadores rurais como sujeitos de sua história. Mesmo percebendo, a tempo e a hora, a participação dos sindicatos, das Igrejas e dos partidos como elementos de projeção política dessas lutas.

De modo geral, a literatura sociológica brasileira considera o período entre 1945/64 como aquele em que os movimentos sociais do campo tenderam a se generalizar, deixando de lado o seu aspecto mais local e articulando novas formas de organização, adquirindo, assim uma outra qualidade. É nesse período, ainda, que surgirá uma diversidade de propostas políticas que vincula a realidade dos trabalhadores do campo a outros projetos de desenvolvimento do país: os direitos trabalhistas, previdência social e reforma agrária. Diversas são as transformações que se processavam no país, sobretudo com a intensificação do processo de industrialização, o que redefiniu o papel da agricultura na economia, agregando-a ao projeto desenvolvimentista em curso, o que trouxe à luz diversos conflitos no campo, articulando os trabalhadores e provocando a emergência de novos sujeitos, o que se expressa na própria linguagem política da época, que abandona os adjetivos “colonos”, “parceiros” etc., e passam a adotar o de “camponeses” (MARTINS, 1990). É o período, também, em que a sociedade brasileira vive o seu primeiro ensaio democrático, muito embora tenha sido marcado por pontos de restrição à liberdade de organização partidária, além da presença de um sindicalismo vinculado ao Estado (FAVARETO, 2006). Mas foi o quadro que permitiu a emergência e a politização de determinadas bandeiras, tanto no espaço urbano

quanto rural, e onde distintas organizações apareceram e conformaram reivindicações, tornando-se, assim um período de intensa efervescência social e política, que somente se encerra em 1964 com o Golpe Militar.

Entre 1964 e 1985, construiu-se uma conjuntura de intensa repressão. Contudo, as lutas no campo, embora tenham sido atomizadas, não desapareceram. Ao contrário. O que se percebe sobre esse segundo período é a intensificação dos conflitos no campo, quase sempre como lutas de resistência, tendo em vista o processo de modernização da agricultura que iniciou junto à política agrícola do Estado, que optou pela manutenção da concentração da propriedade rural e o estímulo à ocupação das fronteiras agrícolas pelo grande capital.

O papel organizativo do sindicalismo rural, centralizado na figura da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), embora não muito eficiente do ponto de vista jurídico-garantidor, conseguiu, no entanto, consolidar-se como representante das bandeiras históricas dos trabalhadores rurais, tendo ao seu lado alguns setores da Igreja Católica.

Os primeiros sinais de esgotamento do regime militar começam a ser notados em meados da década de 1970, com o fim do chamado “milagre econômico”. A partir deste ponto, diversos setores da sociedade passaram a empreender alguma forma de luta, proporcionando o reaparecimento de greves, e a renovação das práticas de diversos sindicatos. Segundo Antunes (1995), será nesse quadro que as lutas no campo irão se intensificar e, ao mesmo tempo, se diversificar, trazendo à cena política, não apenas o tema da luta pela terra (que agora é renovado), mas também a greve de trabalhadores rurais assalariados, além da luta de pequenos produtores por melhores preços e acesso a mercados. E é nesse bojo de conflitos que novas propostas organizativas irão surgir, como a formação do Movimento dos Sem Terra e da Comissão Pastoral da Terra, já nos anos de 1980, casando-se com o chamado “novo sindicalismo”, que surge nas grandes cidades, que culminam na geração das duas grandes centrais sindicais, quais sejam a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Com a redemocratização do país, em 1988, rapidamente as ilusões foram desfeitas, visto o pouco espaço que a Constituinte deu às suas reclamações, o que ocasionará uma repactuação organizativa.

## 3. SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS, PARTIDOS POLÍTICOS E PARTICIPAÇÃO

É verdade que sempre que se discute democracia, o tema da participação política surge como elemento central do debate, uma vez que a própria etimologia do conceito de política nos converge à participação (DELLA-PORTA, 2003). Mesmo na antiguidade grega, os dois conceitos eram intercambiáveis, visto que lá o processo democrático era direto. Contudo, nos regimes de representação, a participação toma, no senso comum, um lugar de mera legitimidade da construção do corpo político, dado através do voto. Ainda assim, esta temática tem atraído a atenção de grande parte da literatura política, seja em termos de sua definição conceitual, seja quanto aos elementos que condicionariam o seu engajamento, ou mesmo à sua construção tipológica. Neste sentido, há um grande destaque aos trabalhos de Teorell, Torcal e Montero (2007), Almond e Verba (1995), Norris (2007) e Dalton (2002). E isto ocorre porque, mesmo nos regimes onde a democracia impera de modo representativo, há a busca por outros modelos de participação, sobretudo no interior das organizações de representação: conselhos, sindicatos, associações e os partidos políticos.

Os últimos anos têm assistido, entretanto - e não apenas no Brasil, mas em diversos países, incluindo aqueles com forte tradição democrática - altos índices do que Castro e Reis (2012) chamaram de “desengajamento cívico”, no qual os cidadãos tendem a aparecer mais desconfiados e decepcionados com os canais formais de participação, e atribuindo às instituições políticas adjetivos de ineficazes, corruptas e assistencialistas. Ainda assim, é difícil dizer que tais desconfianças possam colocar em cheque a motivação geral de participar, visto que, na mesma proporção que decresce os índices de confiança nas instituições formais, crescem os canais informais de engajamento, sobretudo a partir do envolvimento propiciado pelas redes sociais.

Tomando como base o caso brasileiro, em específico, e traçando como marco inicial o processo de redemocratização, iniciado em 1985 com a eleição indireta de Tancredo Neves, e em 1988 com a promulgação da Constituição Federal, é notório a ampliação de direitos e de canais de participação construídos. Neste ínterim, há um vertiginoso aumento do número de sindicatos (urbanos e rurais), além do número de partidos políticos e filiações (MULLER, 2005; BRAGA, 2009; BRAGA e PIMENTEL, 2011). Ao mesmo tempo, parte da literatura especializada tem apontado, um baixíssimo índice de pessoas que detém algum conhecimento

quanto às lideranças partidárias, seja em nível nacional, estadual ou local, além haver um forte sentimento de aversão, entre o eleitorado brasileiro, às legendas políticas (LAVAREDA, 1999; KINZO, 2005), o que gera um paradoxo entre o que pode ser significado quanto “participação” e quanto “representação”.

O grande número de partidos políticos, conjugado à grande fragmentação dos mesmos, sobretudo nos municípios, além das brechas legais que tornam flexível a troca de partidos entre os agentes políticos, contribuem para o baixo índice de identificação partidária entre esses eleitores (VASSELAI e LIMONGI, 2016; RODRIGUES, 1995; BRAMBOR e CENEVIVA, 2012). E no campo (mundo rural), o processo não é diferente. Embora haja um alto número de filiações aos sindicatos de trabalhadores rurais, este quantitativo deve ser compreendido à medida que tomamos base dos novos papéis assumidos por esses sindicatos, sobretudo no que diz respeito ao acesso previdenciário, aos serviços de saúde e à orientação jurídica que os mesmos ofereciam (BARBOSA, 2003; BARBOSA, 2007).

Segundo Picolotto (2014b), o sindicalismo dos trabalhadores rurais é um dos únicos ramos que tem registrado aumento de filiações, constituindo mais de quatro mil sindicatos, cerca de cinquenta federações estaduais e três confederações nacionais. Dados da Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD) demonstram que entre 1992 e 2013, por exemplo, a taxa de sindicalização rural passou de 17% para 24%, enquanto a taxa de sindicalização urbana caiu de 23% para 15% no mesmo período. E estes resultados são frutos dos esforços de unificação dos sindicatos de trabalhadores rurais ocorridos a partir da década de 1990, que mobilizou diversos organismos do campo, como Contag, CUT, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), entre outros. Tal projeto de unificação teve excelentes resultados práticos, como a construção dos Gritos da Terra Brasil (a partir de 1994) e a participação da CUT e da Contag na Comissão Técnica do Pequeno Produtor do Ministério da Agricultura, entre 1993/1994, que resultou na elaboração do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf), em 1995 (GRISA e SCHNEIDER, 2014; PICOLOTTO, 2014; SABOURIN, 2017).

Posto isto, temos de um lado um segmento de classe, qual seja o trabalhador rural - mesmo sabendo que a partir de 1995 haverá clivagens de denominação, visto a extinção do acordo de unificação entre CUT e Contag, que abrirá espaço para novas dissidências políticas e para a formação de outros organismos sindicais, como a Federação dos Trabalhadores na

Agricultura Familiar (Fetraf) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados Rurais (Contar) - que, mobilizado sindicalmente, segue operante e impulsionado diante dos interesses de classe que representam. Contudo, por que este capital social e político acumulado pelos organismos de representação de trabalhadores rurais, seja através dos sindicatos e associações, em suas distintas manifestações, ou através dos movimentos sociais de luta pela terra, não é percebido quando analisados os partidos políticos? Ou, em outras palavras, por que não encontramos, com a mesma força participativa, dentro dos partidos políticos, lideranças de trabalhadores rurais, disputando cargos eletivos e compondo força representativa dentro das estruturas de poder municipal, estadual e federal? De fato, essa participação durante os anos 1990 não será muito efetiva (MOREIRA, 2010), embora não seja possível a mensuração desta participação a partir de dados objetivos, uma vez que os mesmos não existem (ou não estão disponíveis). Contudo, a partir dos anos 2000, e até os dias atuais, é possível visualizar um crescimento significativo desta participação, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (2020), que a frente iremos analisar.

Fato é que, de modo genérico, quanto pensamos na Frente Parlamentar de Agropecuária (FPA), mais conhecida como Bancada Ruralista, no Congresso Nacional, falamos de um segmento político de adjetivos muito bem definidos que representam a classe patronal rural brasileira. Entretanto, a composição da FPA é feita por todos os parlamentares que, de algum modo, estejam vinculados ao mundo rural. Em tese, portanto, se um trabalhador rural sem terra, envolvido diretamente com o MST, for eleito deputado federal, este seria, automaticamente membro da Bancada Ruralista. Em outras palavras, a solidez adjetiva pela qual conhecemos e reconhecemos a FPA se dá, não porque a mesma seja fechada aos demais segmentos do mundo rural brasileiro (agricultores familiares, trabalhadores rurais, sem-terras etc.), mas porque tais segmentos não conseguem constituir quantitativos significativos de representação parlamentar que pudesse ressignificar tal bancada. Obviamente existem, parlamentares que se elegem capitaneando votos desses segmentos, independente das ideologias que professam, mas boa parte desses parlamentares, se não estão comprometidos com outras bandeiras de lutas que se distanciam, em certa medida, dos interesses específicos dos trabalhadores rurais (educação, saúde pública, assistência social etc.), pertencem aos segmentos patronais e, também por este motivo, se distanciam das bandeiras de lutas históricas do trabalhadores rurais (esta é a nossa hipótese,

que será demonstrada no próximo tópico). Enquanto isso, os parlamentares que compõem a Bancada Ruralista, por identidade de classe, têm os interesses de seu segmento como os de primeira ordem, conseguindo agir de modo coletivo a fim de influenciarem decisivamente as políticas que demandam. E o mesmo pode ser observado nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais do país.

As hipóteses analíticas para este fenômeno não são homogêneas, mas concordam quanto a necessidade de pesquisas específicas sobre a construção da identidade eleitoral de trabalhadores rurais no Brasil. E é embebido por esta motivação que o presente estudo tenta, ao menos de modo introdutório, compreender um pouco quanto ao processo político/participativo e representativo dos trabalhadores rurais do Norte de Minas nas disputas a cargos públicos eletivos municipais nos pleitos de 2008, 2012 e 2016.

#### **4. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE TRABALHADORES RURAIS DO NORTE DE MINAS NOS PLEITOS ELEITORAIS MUNICIPAIS ENTRE 2008 E 2016**

As informações que vamos apresentar, e sobre as quais iremos discorrer nossas análises, foram produzidas a partir de tabulação e mensuração próprias que fizemos tendo como base os dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral para os pleitos municipais de, 2008, 2012 e 2016. A especificidade deste recorte temporal diz respeito aos pleitos dos quais foi possível uma verificação completa, município a município, de todos os candidatos com inscrições deferidas para os períodos, visto que os dados de pleitos anteriores, ou estavam incompletos (quando não apresentavam apenas as candidaturas de capitais), ou faltavam informações essenciais aos objetivos de nosso estudo, como a declaração de ocupação (profissional) dos candidatos.

Uma vez organizados todos os dados em uma única base de verificação, foram realizadas tabulações que pudessem trazer à tona as seguintes informações mensuráveis: i) total de candidatos, ii) candidatos ao cargo de Prefeito, iii) candidatos ao cargo de Vice-Prefeito, iv) candidatos ao cargo de Vereador e v) candidatos eleitos. A partir destas informações, foram elaborados filtros específicos para que pudessemos contabilizar todos os candidatos (eleitos e não eleitos), categorizando-os a partir da “ocupação profissional” autodeclarada.

Os dados que informam a ocupação profissional foram retabulados para que pudessemos categorizar aqueles que se vinculam ao que elegemos chamar, para os fins desta

pesquisa, como “Patronato Rural” ou como “Trabalhador Rural”. As categorias que não se enquadraram nos critérios de vínculo ao mundo rural foram desconsideradas. Deste modo, convergiram para a categorização de “patronato rural”, as seguintes ocupações: proprietários de estabelecimento agrícola, da pecuária e florestal (cód. 901), agricultor (cód. 601), pecuarista (cód. 602) e produtor agropecuário (cód. 234). Já as ocupações que convergiram à categorização de “trabalhador rural” foram: trabalhador rural (cód. 606), pescador (cód. 604), trabalhador florestal (cód. 603)<sup>4</sup>. Ocupações de caráter técnico ou científico, tais como agrônomo, engenheiro agrícola, técnico de agropecuária etc. não foram considerados.

Para fins de recorte espacial, foram considerados apenas os dados referentes a Minas Gerais com recorte especial sobre os municípios que compõem o Norte de Minas.

O estado de Minas Gerais possui um total de 853 municípios, sendo considerado o mais populoso do país (IBGE, 2020). Estes municípios estão organizados, especialmente, entre 12 mesorregiões, dentre as quais se faz presente a mesorregião do Norte de Minas, possuindo um total de 89 municípios, que se subdivide em 7 microrregiões, a saber: Januária (16 municípios), Janaúba (13 municípios), Salinas (17 municípios), Pirapora (10 municípios), Montes Claros (22 municípios), Grão Mogol (6 municípios) e Bocaiúva (5 municípios).

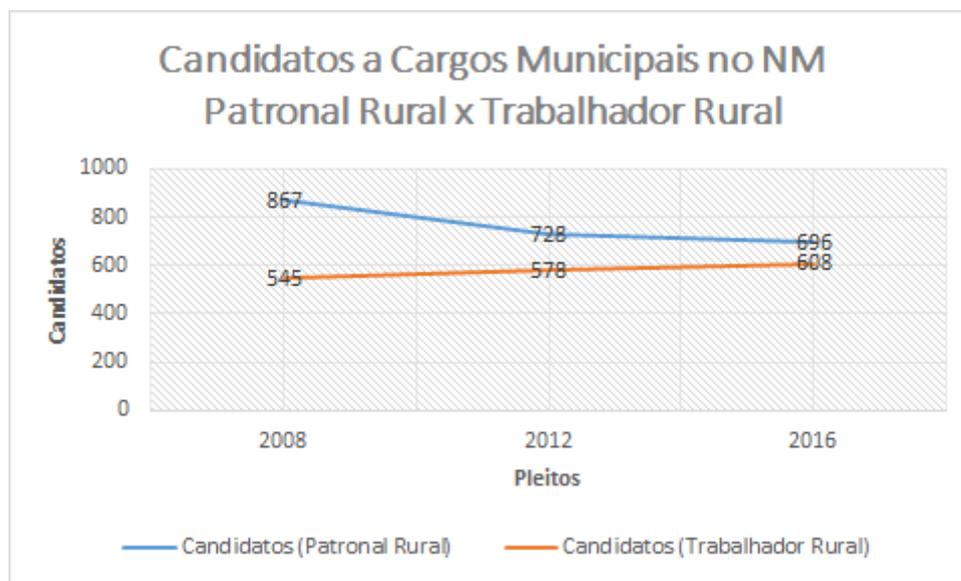
Enquanto o estado mineiro possui uma população estimada em 21.168.791 milhões de pessoas (IBGE, 2019)<sup>5</sup> a mesorregião norte-mineira estava estimada, em 2019, em 1.722.156 milhões (8,14%), sendo o município de Montes Claros o mais populoso com 409.341 mil pessoas, segundo a estimativa do IBGE.

Quanto aos pleitos eleitorais municipais, o Norte de Minas apresentou um total de candidatos, aos distintos cargos, igual a 5.426 (2008), 7.088 (2012) e 7.309 (2016). Quando olhamos esses números sob a perspectivas específicas dos objetivos de nosso estudo, ou seja, buscando compreender o engajamento participativo dos segmentos que representam o mundo rural, em duas distintas faces, chegamos aos números que expressam o gráfico 1 abaixo:

## **Gráfico 1 - Candidatos a Cargos Municipais no NM, Patronal Rural x Trabalhador Rural**

<sup>4</sup> O pleito de 2004 não agregou as ocupações “trabalhador rural” e “trabalhador florestal”, tendo sido estas alocadas junto de “agricultor” ou “outros”, mantendo apenas a categoria “pescador”, o que tornou impossível uma desagregação para fins de categorização. A fim de não criarmos um lastro temporal muito grande entre os pleitos de 2000 e 2008, resolvemos pela desconsideração, também, dos dados de 2000.

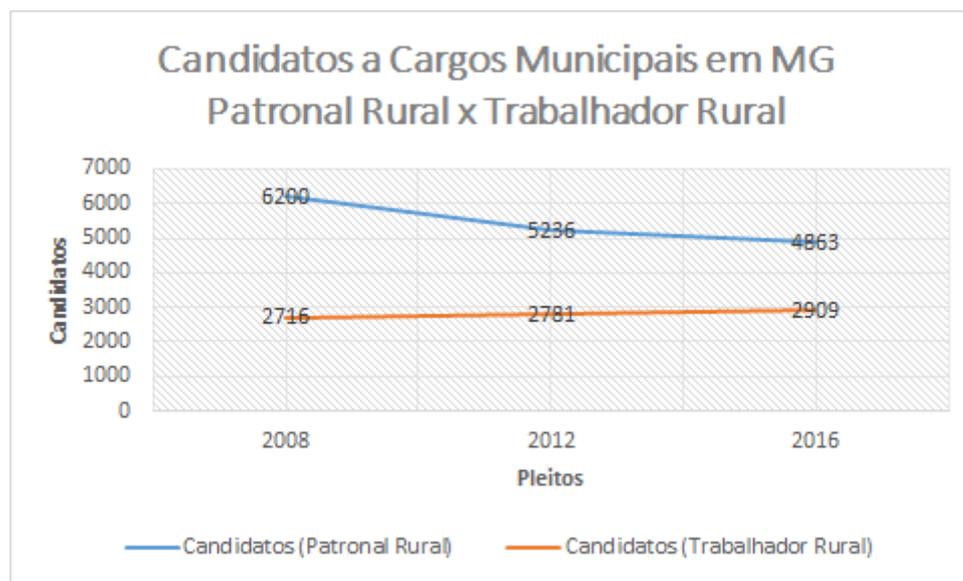
<sup>5</sup> A população medida no Censo Demográfico de 2010 apontava uma população igual a 19.597.330 pessoas (IBGE, 2010).



A primeira vista, os números expostos demonstram uma tendência de aproximação entre a quantidade de candidaturas proveniente dos dois segmentos aqui categorizados. Enquanto no pleito de 2008 a diferença quantitativa era de 322, prevalecendo aquelas cujas ocupações se vinculavam ao patronato rural, percebe-se uma redução de 53,4% nessa diferença já no pleito de 2012 e de 41,3% no pleito de 2016. Analisados apenas os números referentes ao patronato rural, a redução foi de 16,0% entre 2008 e 2012 e de 4,4% entre 2012 e 2016, acumulando um total 19,7% de redução para todo o período. Já quando analisamos os números que expõem as candidaturas vinculadas à categoria de trabalhadores rurais, o que se percebe é um real aumento, taxando 6,0% entre 2008 e 2012 e 5,2% entre 2012 e 2016, acumulando um aumento de 11,6% para todo o período.

Se olharmos para o quadro geral de candidaturas no estado de Minas Gerais, tomando como base esse mesmo filtro, chegaremos a um cenário muito próximo do que ocorreu no Norte de Minas, conforme pode ser visualizado no gráfico 2 abaixo:

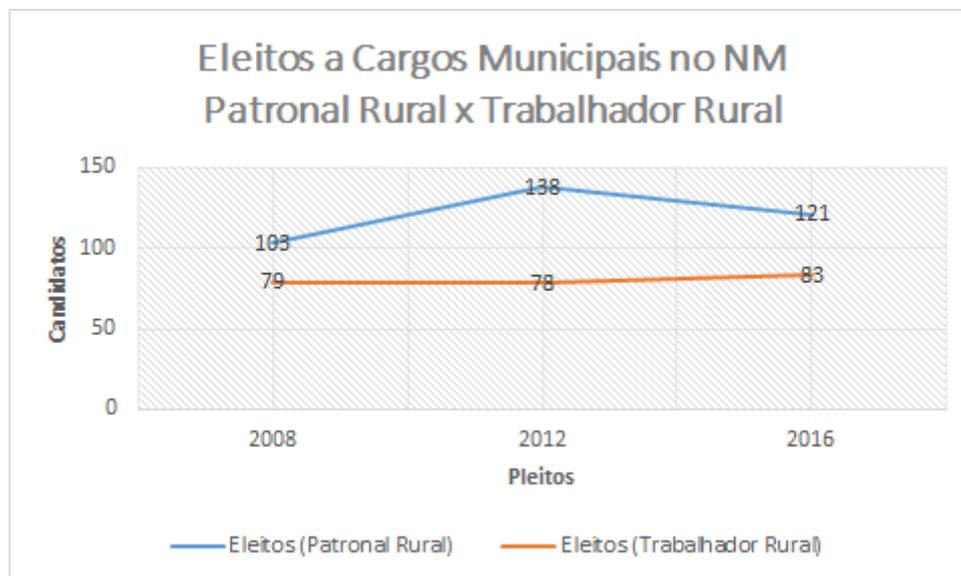
**Gráfico 2** - Candidatos a cargos municipais em MG, Patronal Rural x Trabalhador Rural



Do total de candidaturas com declarações de vínculo ocupacional aos segmentos do mundo rural, no pleito de 2008 a diferença quantitativa era de 3.484, prevalecendo o número de candidatos pertencentes ao segmento patronal rural. Contudo, a redução desta diferença, já para o pleito subsequente (2012), foi de 29,5% e de 20,4% entre 2012 e 2016, acumulando uma redução de 43,9% para todo o período analisado. Olhando apenas os números relativos às candidaturas vinculadas ao patronato rural, as reduções foram iguais a 15,5% entre 2008 e 2012 e a 7,1% entre 2012 e 2016. Já quando olhamos as candidaturas referentes ao segmento que aqui estamos categorizando como trabalhadores rurais, o que vemos é uma série de aumentos no número de candidaturas, sendo os mesmos iguais a 2,4% entre 2008 e 2012 e a 4,2% entre 2012 e 2016.

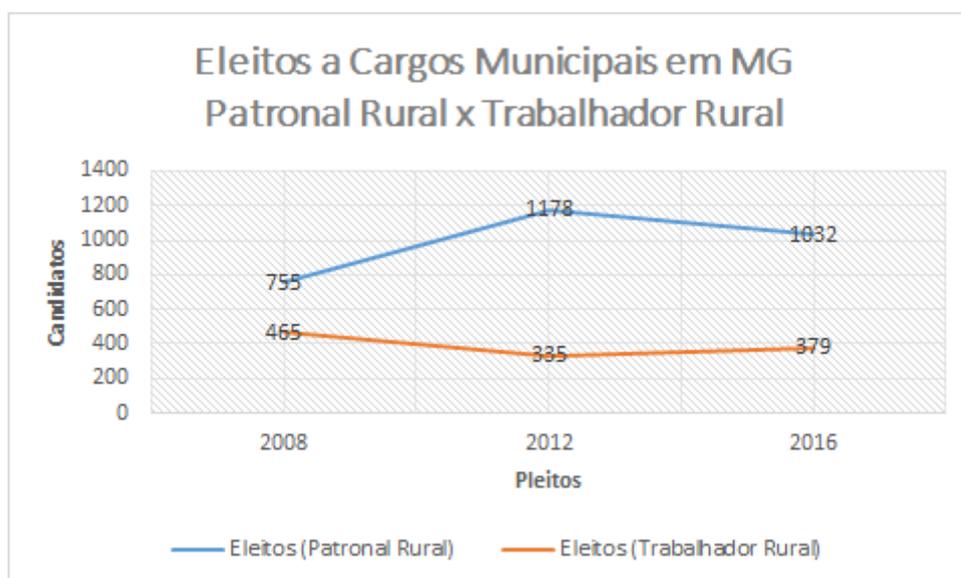
Uma vez compreendido o cenário de candidaturas, é preciso compreender o cenário daqueles que efetivamente chegam a ocupar os cargos municipais disputados nesses pleitos. Fazendo este filtro, chegamos aos números expostos no gráfico 3.

**Gráfico 3** - Eleitos a cargos municipais no NM, Patronal Rural x Trabalhador Rural



Em contraste ao que revelaram os dados referentes aos números de candidaturas, o gráfico 3 demonstra uma tendência à manutenção diferencial entre o número de eleitos que se vinculam às categorias patronal e trabalhador rural. Enquanto a diferença de eleitos era igual a 24 em 2008, a mesma passa para 60 em 2012, com aumento de 150%, e para 38 em 2016, com redução de 36,7%, com acúmulo de aumento de 58,3% em todo o período.

**Gráfico 4** - Eleitos a cargos municipais em MG, Patronal Rural x Trabalhador Rural



As mesmas análises para o total de candidaturas no estado de Minas Gerais também revelam essa tendência de manutenção de diferenças que privilegiam os representantes do segmento patronal rural, conforme vemos no gráfico 4 abaixo. A diferença, que em 2008 era de 290, aumentou para 843 em 2012 (aumento de 190,7%) e caiu para 653 (redução de 22,5% do período), totalizando um aumento de 125,2%.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inferências que podem ser feitas, quando olhamos as frequências de participação política entre trabalhadores rurais e os segmentos patronais, tanto buscando compreender o cenário norte-mineiro quanto o do Minas Gerais, chegamos à conclusão de que as dinâmicas de movimento se espelham e revelam, mesmo com o aumento do interesse de participação entre os trabalhadores rurais, a tendência de continuidades representativas que privilegia os candidatos que se autodeclararam patronais dentro do mundo rural.

Não foi objeto deste estudo compreender os elementos que influenciam estes movimentos, que podem ser tanto de modo simbólico: capital cultural, social e político que o segmento patronal possam ter a mais que o trabalhador, quanto de modo material: capital financeiro, que revelaria nos gastos com publicidade, campanha e mesmo no tempo de dedicação à sua construção política. Para que tais unidade informativas pudessem ser medidas, seria necessário um investimento de estudo qualitativo de modo a inferir significados, tanto nas motivações à participação política (candidatos e eleitores), quanto das motivações do voto (eleitores).

Ainda assim, os dados compreendidos neste estudo legitimam a análise histórica de configuração do mundo rural brasileiro que, se de um lado entendem que a estrutura agrária aqui engendrada flexibiliza a movimentação do setor patronal do campo a manter o mando representativo em comparação ao trabalhador, por outro lado também possibilita dizer que, independente do cenário político (abertura ou fechamento democrático), os trabalhadores rurais mantêm erguida a sua participação, mesmo que não consiga, de modo expressivo, torná-la representativa na efetivação dos cargos disputados.

Entendemos, portanto, como necessário um esforço de estudo quanto aos parâmetros sociais que constroem os sentidos e significados do voto e da participação política entre trabalhadores rurais, que, de modo algum, acreditamos poder ser visualizado

homogeneamente, mas que muito possivelmente tenham alguma relação aos demais capitais de participação política dinamizadas nos níveis locais.

## REFERÊNCIAS

- ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **História e Direito**: sesmaria e conflito de terras entre índios em freguesias extramuros do Rio de Janeiro (século XVIII). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. 2. ed. Campinas: Pontes, 1995.
- BARBOSA, Rômulo Soares. Entre **igualdade e diferença**: processos sociais e disputas políticas em torno da previdência social rural no Brasil. Tese (doutorado em sociologia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.
- BARBOSA, Rômulo Soares. Sindicalismo rural no Brasil nos anos 1990: os aposentados em cena. **XI Congresso Brasileiro de Sociologia**. Campinas: Unicamp, 2003.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa; PIMENTEL JR, Jairo. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam ?. **Opin. Pública**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 271-303, novembro de 2011.
- BRAGA, Sérgio Soares; FRANCA, Andressa Silvério Terra; NICOLAS, María Alejandra. Os partidos políticos brasileiros e a internet: uma avaliação dos websites dos partidos políticos do Brasil. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , v. 17, n. 34, p. 183-208, Oct. 2009 .
- BRAMBOR, Thomas; CENEVIVA, Ricardo. Reeleição e continuação nos municípios brasileiros. *Novos estud. - CEBRAP* , São Paulo, n. 93, p. 21/09, julho de 2012.
- BRITO, Mozar José de; BRITO, Valéria da G. Pereira; CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. Processo de negociação coletiva no espaço rural mineiro: uma análise retrospectiva da década de 1990. **Organ. Soc.**, Salvador , v. 11, n. 30, p. 49-65, Aug. 2004 .
- CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira; REIS, Fernanda Teixeira. Participação política no Brasil no século XXI: mudanças e continuidades. **Rev. Teor. Pesq.** v. 21, n. 2, 2012, p. 20-33.
- COSTA, Luiz Flávio de.; MARINHO, Ricardo José de Azevedo. “A formação do moderno sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil”. In: COSTA, L.F.de; FLEXOR, G.;

SANTOS, R. (orgs.). **Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

DALTON, R.J. Citizen politics: **Public opinion and participation in advanced industrial democracies**. 3. ed. New York: Seven Bridges Press, 2002.

DELLA-PORTA, Donatella. **Introdução à Ciência Política**. Lisboa: Editorial Estampa, 2003.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Rev. bras. Ci. Soc.** São Paulo, v. 21, n. 62, p. 27-44, outubro de 2006.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, 2014, p. 125-146.

KINZO, M. D. "Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil". **Rev. Bras. de Ciên. Soci.**, vol. 20, nº 57, 2005.

LAVAREDA, A. **A democracia nas urnas**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2ª edição, 1999.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MATTEI, Lauro. Considerações acerca de teses recentes sobre o mundo rural brasileiro. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 105-124, 2014.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MELO, Clóvia A. Vieira de; SOARES, Kelly C. Costa. Coalitions in proportional partisan municipal elections: fragmentation and success of electoral candidates with low density. **Anál. Social**, Lisboa, n. 220, p. 684-719, set. 2016.

MOTA, Maria Sarita Cristina. **Nas terras de Guaratiba**. Uma aproximação histórico-jurídica às definições de posse e propriedade da terra no Brasil entre os séculos XVI - XIX. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MULLER, Gustavo. Comissões e partidos políticos na Câmara dos Deputados: um estudo sobre os padrões partidários de recrutamento para as comissões permanentes. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, p. 371-394, June 2005.

NORRIS, P. “Political activism: new challenges, new opportunities”. In: BOIX e STOKES, D. **The oxford handbook of comparative politics**. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 628-652.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Pluralidade sindical no campo? Agricultores familiares e assalariados rurais em um cenário de disputas. **Lua Nova**. v. 104, 2018, p. 201-238.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, n. 52, 2014, p. 63-84.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Eleições, fragmentação partidária e governabilidade. **Novos Estudos**. v.1, n. 41, 1995.

SABOURIN, Eric. “Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil”. In: BERGAMASCO, Sonia; DELGADO, Guilherme. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília, DF: Sead, 2017, p. 263-269.

TEORELL, J. e TORCAL, M. e MONTERO, J.R. “Political participation: Mapping the terrain”. In: VAN DETH, Montero; WESTHOLM, A. (orgs). **Citizenship and involvement in european democracies: a comparative analysis**. London: Routledge, 2007, p. 334-357.